

O Ajuste de Avaliação Patrimonial e seus Reflexos nos Índices de Rentabilidade Setoriais

Miriã Borges Araújo Silva
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
miria_borges1994@hotmail.com

Tamires Sousa Araújo
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
tamiresousa124@hotmail.com

Gilberto José Miranda
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
gilbertojm@facic.ufu.br

Patrícia de Souza Costa
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
patricia@facic.ufu.br

RESUMO

Com o processo de convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, ocorreram grandes modificações na contabilidade do Brasil, trazendo consequências no processo de análise das demonstrações contábeis. Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo verificar se houve diferenças significativas decorrentes da criação da conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial” nos índices de rentabilidade setoriais ROI, ROE e GAF. Para tanto, foram analisadas as diferenças nos indicadores setoriais de rentabilidade antes e depois da alteração das normas de contabilidade, utilizando as demonstrações disponíveis pelo Instituto Assaf Neto de 35 setores da economia, no período de 2008 a 2013. Os resultados apontaram diferenças significativas nos três indicadores nos anos de 2009 e 2010 decorrentes da consideração da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial. Nos anos de 2011 e 2012 apenas o ROI apresentou diferenças significativa. Por fim, no ano de 2013, nenhum dos indicadores apresentou diferenças significativas em virtude da consideração da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial. Assim, é importante o estudo dessa conta, pois ela pode interferir nos resultados dos índices de rentabilidade, afetando, conseqüentemente, o processo decisório dos usuários das informações contábeis.

Palavras-Chave: Indicadores de Rentabilidade. Demonstrações Contábeis. Ajustes de Avaliação Patrimonial.

1 INTRODUÇÃO

As alterações ocorridas nos critérios de mensuração para os elementos patrimoniais, devido ao processo de convergências às normas internacionais, afetaram diversas contas patrimoniais e de resultado por efeito das mudanças nos montantes dos ativos e passivos. Dentre elas, destacam-se o lucro líquido e o patrimônio líquido, uma vez que a contrapartida das variações nos saldos é lançada, na maioria dos casos, na conta de ajustes de avaliação patrimonial (SILVA FILHO; MARTINS; MACHADO, 2013).

Como os indicadores de rentabilidade, via de regra, utilizam em sua composição os resultados do empreendimento no numerador (lucro líquido ou lucro operacional) e o subgrupo patrimônio líquido no denominador da fórmula (sozinho ou somado aos passivos financeiros), pode-se esperar que as contabilizações realizadas na conta de ajustes de avaliação patrimonial poderão trazer efeitos significativos nos indicadores de rentabilidade.

Considerando que os valores lançados na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial se referem a valores que ainda não transitaram pelo resultado e nem pelo caixa, torna-se relevante verificar os efeitos dessa conta nos índices de rentabilidade dos empreendimentos após a adoção dos padrões internacionais de contabilidade no Brasil.

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo verificar se houve diferenças significativas decorrentes da criação da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial nos índices de rentabilidade setoriais Retorno sobre Investimento (ROI), Retorno sobre o Patrimônio (ROE) e Grau de Alavancagem Financeira (GAF). É importante salientar que os índices setoriais se mostram mais adequados a este estudo, uma vez que não sofrem os efeitos de variações específicas em termos de rentabilidade oriundos de cada entidade. Como esses índices representam o resultado da média das empresas que compõem o setor, eles podem indicar com mais clareza as tendências do setor de modo geral.

De acordo com Iudícibus (2009), os índices de rentabilidade relacionam os resultados obtidos pela empresa com algum valor que expresse a dimensão relativa do mesmo: valor de vendas, ativo total, patrimônio líquido, etc. Dessa maneira, fica visível o desempenho da entidade, independentemente, do seu tamanho, podendo-se, portanto, avaliar os reflexos das decisões tomadas pelos administradores e gestores (GABRIEL, 2004).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As demonstrações contábeis, em geral, são utilizadas pelos gestores e demais usuários como importante ferramenta de tomada de decisão. Já os indicadores contribuem para a análise das demonstrações, pois representam o diagnóstico da situação econômica e financeira da empresa. Nesse sentido, os índices de rentabilidade assumem papel fundamental no auxílio ao processo decisório dentro e fora das organizações.

2.1 Indicadores de Rentabilidade

Os indicadores de rentabilidade são índices que avaliam o desempenho econômico da empresa, evidenciando a rentabilidade dos capitais investidos. Iudícibus (2009) informa que os índices de rentabilidade relacionam os resultados obtidos pela empresa com algum valor

que expresse a dimensão relativa do mesmo: valor de vendas, ativo total, patrimônio líquido ou ativo operacional, o que torna mais visível o desempenho econômico da entidade, independentemente, do seu tamanho. A esse respeito, Martins, Miranda e Diniz (2014) recomendam a avaliação do desempenho de determinada empresa dentro do respectivo setor econômico.

Vieira et al. (2011) afirmam que, por intermédio dos índices de rentabilidade, calcula-se o quanto uma empresa está sendo lucrativa ou não, considerando os capitais investidos, o quanto os investimentos estão rendendo e qual o resultado financeiro da empresa. Esses índices evidenciam qual foi a rentabilidade dos capitais investidos e o resultado das operações realizadas por uma organização.

De acordo com Pimentel, Braga e Nova (2005, p. 4), “obter uma rentabilidade adequada a risco suportado por sócios ou acionistas, constitui o principal objetivo das empresas que operam em economias capitalistas”. Esses autores ainda afirmam que o lucro constitui o componente propulsor dos investimentos de recursos em diferentes negócios.

Os índices de rentabilidade se relacionam com o tipo de retorno da empresa que se pretende analisar e, além disso, mostram a capacidade de geração de resultados da organização. Os principais índices de rentabilidade são: retorno sobre o ativo (ROA), retorno sobre o patrimônio líquido, também chamado de ROE, retorno sobre o Investimento ROI. E, relacionado aos índices de rentabilidade, tem-se o GAF, grau de alavancagem financeira.

Neste estudo, são enfocados os indicadores ROE, ROI e GAF, pois esses são os índices mais afetados diretamente pelos ajustes de avaliação patrimonial (conta classificada no patrimônio Líquido). No Quadro 1, são apresentadas as fórmulas de cálculo dos indicadores em estudo, com base em Assaf Neto (2010) e Martins, Miranda e Diniz (2014).

Quadro 1 - Equações dos indicadores de rentabilidades ROE, ROI e GAF.

Indicadores	Equações	Eq.
ROE	$ROE = \text{Lucro Líquido} \times 100 / \text{Patrimônio Líquido Médio}$	(1)
ROI	$ROI = \text{Resultado Operacional Líquido} / \text{Investimento Médio}$	(2)
	$ROI = \text{Resultado Líquido} + \text{Despesas Financeiras (Líquidas do IR)} / \text{Patrimônio Líquido} + \text{Passivo Oneroso}$	(3)
GAF	$GAF = \text{Retorno sobre Patrimônio Líquido} / \text{Retorno sobre Investimento}$	(4)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Assaf Neto (2010) e Martins, Miranda e Diniz (2014).

Segundo Gabriel (2004), o Retorno sobre o Patrimônio Líquido é um dos principais índices de rentabilidade, pois o mesmo relaciona os interesses dos proprietários, além de medir a decisão do acionista de investir seu capital na empresa, ao invés de aplicá-lo em outra opção de mesmo risco. Esse autor argumenta que a comparação do ROE com o ROI é bastante útil, pois, se o resultado do primeiro for maior que o do segundo, entende-se que a empresa adquire recursos no mercado a uma taxa inferior ao retorno proporcionado pela aplicação dos mesmos.

Segundo Iudícibus (2009), o retorno sobre o patrimônio líquido evidencia os resultados obtidos pela administração da empresa na gestão dos recursos próprios e de terceiros, em benefício dos proprietários. Nesse sentido, Martins, Diniz e Miranda (2012) e Fernandes, Dias e Cunha (2010) ressaltam que o ROE é o indicador mais importante para o acionista, pois evidencia a capacidade da empresa de remunerar o capital que foi aplicado pelos sócios.

Quanto ao Retorno sobre o Investimento (ROI), Gabriel (2004, p. 15) o considera como uma medida que tem por finalidade avaliar a atratividade econômica de determinada entidade, bem como calcular o resultado operacional produzido pela empresa a partir de suas atividades operacionais. Para o seu cálculo, deve-se considerar o resultado operacional após a dedução do imposto de renda, sem o efeito das despesas financeiras, líquidas dos efeitos tributários. Martins, Miranda e Diniz (2014) informam que esse é um dos indicadores mais utilizados na prática, pois apresenta a rentabilidade do negócio, independentemente, da forma como é financiado, se por recursos próprios ou de terceiros.

Da razão entre o ROE e ROI surge o grau de alavancagem financeira (GAF). A alavancagem financeira se origina da participação de recursos de terceiros na estrutura de capital da organização (ASSAF NETO, 2010). Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 201), a “alavancagem financeira ocorre quando a empresa consegue recursos de terceiros com taxas inferiores aos resultados proporcionados pela aplicação desses recursos na entidade”, ou seja, é a capacidade desses recursos de terceiros de elevar os resultados líquidos dos proprietários. Em outras palavras, é quando o ROE é maior que o ROI.

Considerando a relevância desses indicadores nos processos de tomada de decisão por parte dos usuários internos e externos às organizações, é importante acompanhar eventos que possam influenciá-los e, conseqüentemente, os *stakeholders* empresariais. Nesse sentido, as alterações introduzidas na contabilidade brasileira, devido ao processo de convergência às normas internacionais, podem trazer influências significativas.

2.2 A Internacionalização das Normas Contábeis e o Processo de Análise da Rentabilidade Empresarial

O processo de convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais ocasionou alterações na contabilidade brasileira, especificamente, na forma de contabilização e de utilização da informação contábil para a tomada de decisão. Além disso, a lei ocasionou profundas alterações no que tange à estrutura, abrangência, reconhecimentos e divulgação das informações contábeis (ESPEJO et al, 2010).

Após a publicação da Lei 11.638/07 e a criação do CPC, estudos foram realizados, procurando discutir o que mudou na contabilidade brasileira com a convergência às normas internacionais, quais os impactos dessas alterações nos indicadores de rentabilidade, bem como os reflexos causados nas informações a diversos usuários. Dentre as principais alterações ocorridas, tem-se a criação da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, que registra as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a itens do ativo e do passivo, devido a sua avaliação a valor justo, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência (MARTINS et al., 2013).

Jones, Barbosa e Araújo (2011) afirmam que a conta ajuste de avaliação patrimonial está inserida no balanço patrimonial da empresa no grupo patrimônio líquido e surgiu para dar melhor clareza no demonstrativo, no que se refere à avaliação a preço de mercado.

Estudos nacionais e internacionais demonstram que as alterações nos valores do lucro e do patrimônio líquido afetaram, conseqüentemente, os indicadores de rentabilidade (ALMEIDA, 2010; MARTINS; PAULO, 2010; **BLANCHETTE; RACICOT, 2011**; DANI, VESCO E BEZERRA, 2012; GONZALES, 2013; CURSINO; LEMES; BOTINHA, 2014; FERREIRA et al, 2015).

Almeida (2010) analisou, dentro do contexto da introdução da IFRS 9, que diz respeito aos instrumentos financeiros, se a mudança na classificação dos ativos financeiros impactou nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos bancos no Brasil. As variáveis operacionais foram: Índice de Basiléia, Índice de Basiléia por Capital Nível I, Índice de Imobilização, Retorno sobre Ativos (ROA) e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). O autor concluiu que não houve variação da estrutura do Patrimônio de Referência (PR), não havendo, portanto, impacto no Índice de Imobilização. Houve, sim, um aumento estatisticamente significativo na média do Índice de Basiléia, enquanto as médias do ROA e do ROE reduziram.

Martins e Paulo (2010), considerando uma amostra de 13 companhias abertas brasileiras, e em um horizonte temporal de 2004 a 2009, identificaram que os valores médios dos indicadores Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e Retorno sobre o Ativo (ROA) aumentaram após a adoção das IFRS.

Dani, Vesco e Bezerra (2012) procuraram identificar se as mudanças ocasionadas pela Lei 11.638/07 impactaram os indicadores de desempenho e o índice de comparabilidade das indústrias brasileiras classificadas como *Real Estate*, como construtoras, incorporadoras e imobiliárias, listadas na BM&FBOVESPA. Os dados consultados são referentes às demonstrações consolidadas no período de 2005 a 2009. Esses autores verificaram que as alterações decorridas da Lei 11.638/07 não impactaram nos indicadores de desempenho das indústrias de *Real Estate* da Bovespa. Para os indicadores de rentabilidade, não se perceberam indícios de diferença significativa nos valores oriundos das demonstrações de 2007 “originais” e “reapresentadas”, e, quanto aos indicadores de endividamento, não houve mudança significativa (aumento) no índice de endividamento.

Gonzales (2013) buscou identificar a dimensão das alterações provocadas no patrimônio líquido das companhias abertas, a partir de 2010, e como os docentes de contabilidade perceberam tais mudanças. Foram analisadas demonstrações contábeis de companhias abertas, sendo essas classificadas em setores. Verificou-se, pelos estudos, que as alterações promovidas no patrimônio líquido das empresas foram significativas em parte dos casos analisados e não afetaram empresas de diferentes segmentos de forma homogênea. O autor verificou também que não houve consenso quanto à extensão dos impactos no patrimônio líquido das empresas decorrentes das alterações normativas contábeis recentes.

Já Curcino, Lemes e Botinha (2014) analisaram o impacto da evidenciação do resultado abrangente na análise de indicadores financeiros de rentabilidade, após a convergência das normas de contabilidade brasileiras para as normas internacionais. Para o estudo, foram coletados dados dos relatórios financeiros dos anos de 2010 a 2012 de companhias abertas brasileiras listadas no índice Bovespa. Os autores não encontraram diferença significativa entre o ROE e Lucro por ação (EPS) calculado com base no lucro líquido e no lucro abrangente. Os autores constataram, também, que algumas empresas passaram por grandes variações de ROE e EPS em função da forma de cálculo realizada e que o resultado abrangente pode interferir na interpretação de indicadores de rentabilidade, o que ocorreu em algumas empresas analisadas no estudo.

Ferreira et al (2015) identificaram que os valores médios dos indicadores Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e Retorno sobre o Ativo (ROA) reduziram no Brasil após a adoção das normas internacionais, considerando o período total de 2005 a 2013. Os autores atribuem esse fato aos diferentes critérios de mensuração de receitas e despesas utilizados quando da adoção das normas internacionais.

Na próxima seção, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para avaliar os reflexos provocados pela conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial” nos indicadores de rentabilidade setoriais no Brasil.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é caracterizado, quanto aos objetivos, como descritivo, tendo em vista que foram apontadas as alterações ocorridas na contabilidade e como elas afetaram os indicadores. Quanto à abordagem do problema, caracteriza-se como quantitativa, pois foram realizados testes estatísticos com os indicadores de rentabilidade setoriais encontrados no Instituto Assaf.

Em relação ao procedimento técnico e fonte de coleta de dados, adotou-se a pesquisa documental, visto que foram coletadas demonstrações contábeis dos setores analisados.

No instituto Assaf, foram coletadas as demonstrações consolidadas (que é a soma de todas as empresas do setor) de cada um dos 35 setores da economia. Após essa coleta, procedeu-se ao cálculo dos indicadores ROI, ROE e GAF, conforme as fórmulas apresentadas no Quadro 1, de duas formas: (a) com o ajuste de avaliação patrimonial; e (b) sem o ajuste, ambas para os períodos analisados, qual seja, de 2008 a 2013.

Quadro 2 - Setores da economia

Aço	Eletrônicos	Química básica
Água e esgoto	Energia Elétrica	Química diversificada
Alimentos e bebidas	Extração de Petróleo	Serviços de Saúde
Auto Peças	Ferrovia	Serviços de Transporte
Calçados	Hotelaria	Serviços diversos
Cimentos e Agregados	Industria de materiais diversos	Serviços educacionais
Comércio em Geral	Lazer, cultura e entretenimento	Serviços telecomunicações
Concessionárias transporte	Máquinas	Sftwares - e commerce
Construção Civil	Metais	Varejo Linhas especiais
Cultivos da Natureza	Mineração	Veículos Terrestres e aéreos
Dist. Gás Natural	Papel e Celulose	Vestuário
Eletrodoméstico	Perfumaria e Cosméticos	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para análise dos dados, foi realizado o teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov, a fim de verificar se em cada período a amostra possuía distribuição normal. Para aquelas variáveis que não apresentaram distribuição normal, foi utilizado o teste não paramétrico Wilcoxon, que compara dois grupos de variáveis par a par, adequando assim ao propósito desta pesquisa. Para as demais variáveis, que apresentaram distribuição normal, foi utilizado o Teste "t".

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Para a análise dos resultados, foi realizado, primeiramente, o teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov, tendo como nível de significância 0,05, para verificar se os dados levantados possuíam distribuição normal e definir qual teste estatístico seria utilizado para avaliar a variação entre os períodos analisados. Foi verificado que as variáveis ROE (2011), GAF (2011) e GAF (2012) não apresentaram distribuição normal (p-valor < 0,05). Para essas

variáveis, foi utilizado o teste não paramétrico Wilcoxon (segunda coluna da Tabela 1) e, para as demais variáveis, que apresentaram distribuição normal, foi utilizado o Teste "T", conforme se percebe na terceira coluna da Tabela 1. Na quarta coluna da referida tabela, constam os p-valores de ambos os testes.

Tabela 1 – Teste de Diferenças de Médias

	Teste Wilcoxon (Z)*	Teste T	P-Valor
2009 - ROE		-3,053	0,004
2009 - ROI		-2,230	0,032
2009 - GAF		-2,270	0,030
2010 - ROE		-2,098	0,043
2010 - ROI		-2,235	0,032
2010 - GAF		-2,260	0,030
2011 - ROE	-1,8318*		0,067
2011 - ROI		-2,181	0,036
2011 - GAF	-1,257*		0,209
2012 - ROE		-1,206	0,236
2012 - ROI		-2,184	0,036
2012 - GAF	-1,564*		0,118
2013 - ROE		-0,204	0,840
2013 - ROI		-0,388	0,700
2013 - GAF		-0,838	0,408

* Variáveis que não apresentaram distribuição normal

Fonte: Elaborada pelo autor.

As variáveis que tiveram p-valor menor que 0,05 são as variáveis que apresentaram diferenças significativas (nos dois testes). Como apresentado na Tabela 1, nos anos 2009 e 2010, os indicadores pesquisados (ROE, ROI e GAF) apresentaram diferenças significativas pelo fato de considerar a conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial” em seus respectivos cálculos.

Já no ano 2011, apenas o indicador ROI foi significativamente afetado pela consideração da conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial” em sua composição. Essa tendência continuou no ano seguinte (2012). Os indicadores ROE e GAF não apresentaram diferenças significativas nos 2011 e 2012 em virtude da consideração da conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial”. Já em 2013 nenhuma dos indicados estudados apresentou diferenças significativas. Esses resultados sugerem que, com o passar do tempo, a influência da conta de “Ajustes de Avaliação Patrimonial” nos indicadores de rentabilidade vem diminuindo. Esses achados são coerentes, uma vez que nos primeiros anos de adoção aos padrões internacionais os ajustes poderiam ser maiores que nos anos posteriores. No entanto, para que se comprove essa tendência, novas pesquisas deverão ser realizadas no futuro.

Ressalta-se que não foram encontrados estudos que analisaram especificamente a conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial” na literatura compulsada, entretanto alguns autores estudaram contas semelhantes.

Resultados similares ao desta investigação tiveram Almeida (2010) e Gonzales (2013). Almeida (2010) estudou, dentro do contexto da introdução da IFRS 9, que se refere a instrumentos financeiros, se a mudança na classificação dos ativos financeiros impactou nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos bancos no Brasil. O autor verificou que houve um aumento estatisticamente significativo na média do Índice de Basiléia, enquanto as médias do ROA e do ROE reduziram.

Já Gonzales (2013) buscou identificar a dimensão das alterações provocadas no patrimônio líquido das companhias abertas a partir de 2010. Esse autor encontrou como resultado que as alterações promovidas no patrimônio líquido das empresas foram significativas em parte dos casos analisados e não afetaram empresas de diferentes segmentos de forma homogênea. Ele verificou também que não houve consenso quanto à extensão dos impactos no patrimônio líquido das empresas decorrentes das alterações normativas contábeis recentes.

Curcino, Lemes e Botinha (2014) encontraram resultados distintos. Os autores analisaram o impacto da evidenciação do resultado abrangente na análise de indicadores financeiros de rentabilidade, após a convergência das normas de contabilidade brasileiras para as normas internacionais. Os autores verificaram que algumas empresas passaram por grandes variações de ROE e EPS em função da forma de cálculo realizada e que o resultado abrangente pode interferir na interpretação de indicadores de rentabilidade, o que ocorreu em algumas empresas analisadas no estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de convergência das normas brasileiras de contabilidade à normas internacionais, o presente estudo teve como objetivo verificar se houve diferenças significativas decorrentes da criação da conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial” nos índices de rentabilidade setoriais ROI, ROE e GAF, calculados com base nas demonstrações setoriais elaboradas pelo Instituto Assaf Neto.

Pode-se verificar que, nos anos 2009 e 2010, os indicadores pesquisados (ROE, ROI e GAF) apresentaram diferenças significativas pelo fato de considerar a conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial” em seus respectivos cálculos. Nos anos 2011 e 2012, o indicador ROI foi significativamente afetado pela consideração da conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial” em sua composição. Os índices ROE e GAF não se mostraram afetados pela conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial” nos anos de 2011, 2012 e 2013.

Esses resultados sugerem que, do ponto de vista dos usuários, a existência da conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial” pode alterar o patamar dos indicadores (ROI, ROE e GAF) em determinados momentos, consequentemente, pode afetar também o processo decisório. Esses resultados também indicam que, com o passar do tempo, a influência da conta de “Ajustes de Avaliação Patrimonial” nos indicadores de rentabilidade pode estar diminuindo. No entanto, para que se comprove essa tendência, novas pesquisas deverão ser realizadas.

Portanto, a conta de ajuste de avaliação patrimonial requer atenção e merece ser investigada pelos estudiosos, porque sua consideração ou não na composição desses indicadores pode trazer resultados estatisticamente diferentes. Consequentemente, esses indicadores podem afetar a tomada de decisão, em termos de investimento, concessão de crédito, etc. Este estudo pretende contribuir na decisão dos usuários externos da informação contábil. Estudar e analisar a conta ajustes de avaliação patrimonial é fundamental, pois essa conta afeta o cálculo dos indicadores e, consequentemente, a tomada de decisão dos usuários da informação contábil, como acionistas e credores de empréstimos, que utilizam do cálculo desses indicadores para analisar o desempenho da empresa no que tange aos seus investimentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. L. **Reclassificação dos ativos financeiros e os possíveis impactos nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos bancos brasileiros**. São Paulo, 2010. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2010.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**. 9ed São Paulo: Atlas, 2010.

BLANCHETTE, M.; RACICOT, F.E.; GIRARD, J.Y. The Effects of IFRS on Financial Ratios: Early Evidence in Canada. **Certified General Accountants Association of Canada**. 2011.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução nº 5.055, de 24 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055>.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em: < <http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 09 jun, 2008.

CURCINO, G. M.; LEMES, S.; BOTINHA, R. A. Efeito do Resultado Abrangente nos Indicadores de Desempenho das Companhias Abertas Brasileiras. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, 2014, João Pessoa, v. 2, n. 3, p. 24-40, setembro/dezembro 2014.

DANI, A., VESCO, D., BEZERRA, F. Possíveis impactos da Lei 11.638/2007 nos indicadores de desempenho das indústrias de *Real Estate* no Brasil. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 11, Edição comemorativa RCSP 10 anos, 2012.

ESPEJO, M. M. S. B.; CRUZ, A. P. C.; COSTA, F.; ESPEJO, R. A.; COMUNELLO, A. L. Evidências empíricas do ensino no curso de ciências contábeis - uma análise das respostas às alterações provenientes da Lei 11.638/07. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**. v. 12, n. 1, p. 22-39, 2010.

FERNANDES, N. A. C.; DIAS, W. O.; CUNHA, J. V. A. Governança corporativa no contexto brasileiro: um estudo do desempenho das companhias listadas nos níveis da BM&FBOVESPA. **Organizações em contexto**. v. 6, n. 11, p. 33, 2010.

FERREIRA, M. A.; FLORES, E.; MARTINS, C. C.; SAMPAIO, J. O. Análise do Impacto do IFRS em Indicadores Financeiros em Empresas Brasileiras. **SSRN**, 2015. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2591536. Acesso em: 8 maio 2014

GABRIEL, F. **O impacto do fim da correção monetária na rentabilidade e adequação de capital dos bancos no Brasil**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e



Atuária) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

GONZALES, A. **Alterações no Patrimônio Líquido a partir de 2010 e a percepção do docentes de contabilidade.** São Paulo, 2013. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2013.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de Balanços.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JONES, G. D. C.; BARBOSA, R. S.; ARAÚJO, T. S. Estudo da adoção do Ajuste de Avaliação Patrimonial, exigido pela Lei 11.638/2007, pelas empresas de telecomunicações listadas na BM&FBOVESPA. In: XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção - XXXI ENEGEP, 2011, Belo Horizonte - Minas Gerais. **Anais...XXXI ENEGEP**, 2011.

LAFFIN, M.; LOHN, J. **Mudanças no cenário contábil:** abordagem do teste de recuperabilidade de ativos. Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí (REAVI), v. 2, n. 2, p. 60-73, dezembro 2013.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. **Contabilidade Internacional para graduação:** textos, estudos de caso e questões de múltipla escolha. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. **Análise avançada das demonstrações contábeis.** São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.. **Manual de Contabilidade Societária.** São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise didática das demonstrações contábeis.** São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A.. **Análise didática das demonstrações contábeis.** São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, O. S.; PAULO, E. Reflexo da Adoção das IFRS na Análise de Desempenho das Companhias de Capital Aberto no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 9, p. 30, 2010.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços:** abordagem básica e gerencial. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional.** São Paulo: Atlas, 2007.



PIMENTEL, R. C.; BRAGA, R.; NOVA, S. P. C. C. Interação entre Rentabilidade e Liquidez: um estudo exploratório. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 10, n. 2, p. 86, 2005.

SILVA FILHO, A. C. C.; MARTINS, V. G.; MACHADO, M. A. V. Adoção do Valor Justo para os Ativos Biológicos: Análise da sua Relevância em Empresas Brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 4, p. 110-127, 2013.

TONETTO FILHO, V., FREGONESI, M.. Análise da variação nos índices de endividamento e liquidez e do nível de divulgação das empresas do setor de alimentos processados com a adoção das normas internacionais. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10, 26 e 27 de Julho de 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010.

VIEIRA, C. B. H. A.; VERDE, I. O. L.; BEZERRA, R. L.; RODRIGUES, P. N.; ISMAEL, V. S. Índices de Rentabilidade: um estudo sobre os indicadores ROA, ROI e ROE de empresas do subsetor de tecidos, calçados e vestuários listadas na Bovespa. In: VIII Congresso Virtual Brasileiro - Administração. **Anais...** Disponível em: <www.convibra.com.br>. Acesso em: 8 maio 2014.